



**CONSUMO, CIDADANIA E CREDITIZAÇÃO  
DA VIDA URBANA EM CIDADES MÉDIAS  
BRASILEIRAS**

*Nicolas Ruiz.* Universidade Estadual Paulista (UNESP-Presidente Prudente), São Paulo, Brasil.

---

**Título do livro:** Consumo, crédito e direito à cidade

**Autores:** E. M. Góes, I. Catalão, M. A. O. Magrini, L. A. Furini, M. J. V. Catelan & M. E. B. Sposito

**Edição:** Curitiba, Paraná: Editora Appris, 2019 (223 pgs.)

ISBN: 978-85-473-8510-7

---

O livro aqui resenhado é fruto de seis anos, entre 2012 e 2018, de intensa cooperação acadêmica entre seus seis autores que compõem e representam esforços de uma equipe maior, composta por 80 pessoas em vários níveis de formação e de várias instituições, envolvidas diretamente em diferentes etapas da pesquisa. A pesquisa em questão foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) via projeto temático intitulado: “Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo”.

Os autores, Eda Maria Góes, Márcio José Veríssimo Catelan e Maria Encarnação Beltrão Sposito são docentes da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Igor Catalão, Maria Angélica Oliveira

Magrini e Luciano Antonio Furini lecionam, respectivamente, na Universidade da Fronteira Sul, Universidade Federal de Uberlândia e UNESP, campus de Ourinhos/SP. Todos desenvolvem pesquisas vinculadas ao Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GASPERR) da UNESP, campus de Presidente Prudente.

Conforme comentado na apresentação da obra, a concepção, elaboração do projeto e da sua metodologia até a realização das 102 entrevistas com sujeitos em seis cidades médias brasileiras – Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Carlos e São José do Rio Preto em São Paulo e Londrina no Paraná – bem como as respectivas análises contidas no decorrer dos capítulos foram construídas de maneira

colaborativa. O recorte das seis cidades estudadas é, ao mesmo tempo, empírico e analítico, uma vez que, elas apresentam um número de habitantes que as classificaria como “de porte médio”, entretanto, tal número é apenas um aspecto preliminar e não absoluto, pois foram levados em consideração outros para que sejam entendidas como cidades médias, a partir da análise de suas funções e papéis cumpridos numa rede urbana articulada regional e nacionalmente de acordo com processos e dinâmicas multi e interescolares.

Vale ressaltar que a publicação não é uma coletânea de artigos independentes, embora nem todos os autores do livro assinem os capítulos em sua totalidade. “Consumo, crédito e direito à cidade” é dividida em duas partes, cada parte composta por três capítulos, além da apresentação e introdução. Ao final, são arrolados o *resumé* dos autores e um anexo que contém o roteiro utilizado para a entrevista com os cidadãos.

A obra traz contribuições teóricas, conceituais e metodológicas sobre as intersubjetividades do consumo, da creditização da vida cotidiana urbana e das insurgências e contradições do direito à cidade. Os textos que compõem o livro merecem e devem ser lidos por geógrafos brasileiros e latino-americanos formados e em formação, haja vista as já tradicionais contribuições interinstitucionais no âmbito do GASPERR há mais de duas décadas. Importa ainda ressaltar a organicidade dos capítulos, resguardadas e respeitadas as especialidades e especificidades de cada pesquisador, e a busca por uma comunicação didática e não menos rigorosa cientificamente entre os sujeitos-autores-pesquisadores e os sujeitos-leitores, fundamental em

tempos e espaços tão carentes de reflexão e criticidade.

Na primeira parte da introdução, são delineados os objetivos e as justificativas da pesquisa que constituiu em entender as relações entre reestruturação urbana e reestruturação da cidade, sendo o eixo do consumo, o caminho para compreensão das novas lógicas de localização das empresas e das novas práticas espaciais que decorreram das primeiras, no plano das possibilidades de leitura das transformações urbanas e das cidades contemporâneas. Segundo os autores, tomar o consumo como meio fundamental para compreender as lógicas espaciais das empresas e das práticas espaciais dos sujeitos, foi inspirado no sociólogo Alain Bourdin, que defende que o consumo mudou de intensidade, conteúdo e *status*, e se entrelaça à progressiva tendência de individualização da experiência e aos processos de diferenciação. A segunda parte é dividida em duas seções, nas quais são demonstrados e detalhados os aspectos metodológicos e a base empírica de toda a pesquisa e a sua execução: desde o delineamento do perfil dos sujeitos entrevistados até a contextualização socioespacial e histórica das seis cidades médias escolhidas.

É relevante destacar que os sujeitos entrevistados foram escolhidos de modo a contemplar um universo relativamente representativo do conjunto e sua narrativa pudesse ser analisada sob ótica qualitativa. A aproximação com os entrevistados foi intermediada por alguém em comum conhecido pelos pesquisadores e pelos sujeitos pesquisados. Além disso, foram realizados diversos trabalhos de campo nas cidades escolhidas para complementar e ampliar as análises.

Góes e Sposito assinam, alternadamente, os três capítulos da primeira parte do livro, intitulada “Cotidiano, consumo e crédito: mudanças e permanências em cidades médias”. No primeiro capítulo, “*Habitus* consumidor: a casa, o carro e a dívida”, as autoras, a partir da perspectiva da “Geografia da vida cotidiana” trabalhada por Alicia Lindón, situam socioespacial e temporalmente, os sujeitos pesquisados, em um contexto intersubjetivo em que dão sentido ao espaço e aos outros sujeitos. Ao trazer contribuições teóricas das Ciências Sociais, as autoras analisam o aumento expressivo do consumo brasileiro, sobretudo nas últimas décadas e as novas formas de acesso ao crédito e consequente endividamento dos cidadãos em suas práticas espaciais que concernem à habitação, circulação e ao lazer. As narrativas dos sujeitos entrevistados demonstram o processo de subjetivação do capitalismo flexível e financeiro e os sentidos que o consumo adquiriu em suas necessidades, desejos e batalhas cotidianas.

“Da diferenciação à fragmentação socioespacial”, capítulo seguinte, as autoras dividem as seis cidades médias em dois grupos e, por meio de cartogramas, sintetizam os elementos e dados produzidos a partir das entrevistas. O primeiro grupo de cidades, Marília e São Carlos, expressa estruturas socioespaciais pouco alteradas no decorrer do tempo, revelando a relevância do papel do centro principal nas práticas espaciais dos sujeitos. Destaque para as áreas residenciais mais importantes, mais próximas do centro e os mais pobres habitando em bairros mais distantes, desassistidos de infraestrutura, equipamentos e serviços de interesse público. O segundo grupo de cidades médias,

Londrina, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, tem em comum uma acentuação da separação socioespacial e a conformação de setores em que se concentram as áreas residenciais dos mais ricos e grande parte das novas estruturas voltadas ao comércio de bens e serviços daqueles, majoritariamente, com maior poder aquisitivo. Há uma complexificação nas estruturas espaciais dessas cidades, para além do modelo centro-periferia, o que leva em conta as escolhas espaciais das grandes empresas e condicionam as práticas espaciais dos cidadãos consumidores nos (novos) locais do consumo, em um projeto de cidade engendrado e imposto pelos primeiros agentes e vivenciados cotidianamente, conscientemente ou não, pelos segundos.

O capítulo três, “*Shopping centers*: consumo, lazer e controle social” realiza uma análise sobre os *shopping centers* das cidades pesquisadas, dos mais elitizados aos mais populares, indicando semelhanças e diferenças entre eles, para além da sua homogeneização, desde os serviços e lojas encontrados ali ou não e as (des)conexões com o seu entorno imediato, até quais cidadãos são esperados ou impedidos – levando em conta sua classe social e econômica – para consumir (em) suas dependências. Os “rolezinhos” em *shoppings centers* também detiveram o interesse de pesquisa das autoras nesse capítulo, levando em conta além do material das entrevistas, algumas publicações da mídia impressa e digital entre 2013 e 2014. Essa articulação de jovens em diversos *shoppings centers* em São Paulo causou repercussões e controvérsias na opinião pública nacional e internacional, acionando diversos dispositivos materiais e simbólicos de diferenciação

entre os “clientes reais” e os jovens dos “rolezinhos” e reiterou ainda mais o papel controlador e das sensações de segurança e liberdade aparentemente intangíveis daqueles locais de consumo.

A segunda parte do livro é intitulada “Consumo, crédito e direito à cidade: contribuição a uma interpretação dialética” e composta pelos capítulos quatro, cinco e seis. No quarto capítulo, “Direito à cidade e consumo: contradições e convergências”, Magrini e Catalão problematizam acerca da contradição dialética atrelada ao consumo enquanto modo de alienação – individualizante, desmobilizadora e privatista ao mesmo tempo que integradora, contestatória e revolucionária – e elemento potencial para a integração cidadina, no que tange o estabelecimento de identidades, sociabilidades e na construção de cidadanias. Essas dimensões são, segundo os autores, basilares no plano teórico e na realização concreta e no porvir do direito à cidade na vida urbana cotidiana.

“Creditização da vida urbana e desigualdades socioespaciais”, quinto capítulo, é de autoria de Catelan e Magrini. Eles argumentam acerca das contradições que acompanham o acesso ao consumo dos segmentos populares via expansão do crédito privado de modo mais geral e mais especificamente do crédito pessoal e habitacional, via políticas públicas governamentais implementadas nos últimos anos. Nesse sentido, os autores destacam que por mais que a moral da dívida potencialize a individualização dos cidadãos em detrimento da preocupação com o coletivo de cidadãos, a realidade empírica demonstrou que a dívida como elemento fundante na vida urbana não é homogênea e não é encarada da mesma maneira por todos os cidadãos

entrevistados. Há resistências no modo como os sujeitos controlam seus gastos e seu consumo, ressignificando a moral da dívida, preocupando-se com o seu endividamento e o de sua família.

No sexto capítulo, Furini e Góes fecham a segunda parte do livro com o texto “Novos significados do consumo: das práticas às representações”, onde são apresentados gráficos e tabelas com a frequência de termos e palavras que aparecem na transcrição dos discursos dos sujeitos entrevistados. Aqui, os autores buscam evidenciar quais são as representações sociais dos cidadãos, mais ou menos recorrentes e/ou expressivas, formadas a respeito do consumo, cartão de crédito e compras na internet, de modo que tais categorias estão em congruência com as práticas espaciais vinculadas ao consumo cidadão.

Góes e os demais autores entregam uma obra relevante para a Geografia e os estudos urbanos em geral, decorrente de uma pesquisa extensa e colaborativa, tanto na articulação do plano teórico e analítico, quanto na preocupação e cuidado com o plano metodológico e empírico. Principalmente àqueles pesquisadores que se debruçam criticamente sobre o cotidiano urbano e se preocupam com as práticas espaciais dos sujeitos, dotadas de nuances, significados e contradições. Encarando-as não como fins em si mesmas, tampouco relegando-as como alienantes e, também por isso, desimportantes. No decorrer dos capítulos do livro, as práticas espaciais são contextualizadas e valorizadas, evocando uma capacidade e diversas possibilidades de compreensão das cidades médias brasileiras. As análises dos autores e dos colaboradores nessa investigação combinam não só o contraditório eixo do consumo, dotado de

controle social, e das escolhas espaciais e itinerário socioespacial dos que vivem difusamente a cidade, mas certa capacidade de contestação, inserção e integração cidadã dos sujeitos.